

7

Conclusão

Sem procurar uma teoria da linguagem em *Contra os gramáticos*, partimos do princípio de que Sexto Empírico precisaria pressupor alguma concepção de linguagem para confeccionar o tratado: quaisquer que fossem seus argumentos contra essa pretensa arte liberal, o cético precisaria que a linguagem significasse, que ela tivesse certa estabilidade. Por isso, uma das perguntas que nortearam nossa investigação sobre esse texto pirrônico dedicado à linguagem foi, justamente: *Que perspectiva(s) de linguagem informa(m) os argumentos de Sexto Empírico em seu tratado Contra os gramáticos?*

Fomos sensíveis ao fato de que responder essa pergunta a partir de uma leitura detida de *Contra os gramáticos* só seria possível com uma consideração prévia das *Hipotiposes pirrônicas*, tendo-as mesmo como pano de fundo. Porque é aí que entendemos que a linguagem é para o pirrônico um costume, um hábito herdado. Sexto define o pirrônico como um cronista, que narra como as coisas lhe aparecem em um dado momento. Conseqüentemente, é também assim que se deve entender a *afasia* cética, que não é um silêncio, uma mudez, mas uma não-asserção, um falar sem sustentar opinião, crença. Afinal, o que o cético diz não pode erguer pretensão de verdade – o cético não determina nada. Essa análise externa à *Contra os gramáticos* não se limitou às *Hipotiposes pirrônicas*, uma vez que encontramos em outras obras, notadamente em *Contra os lógicos*, pistas igualmente importantes sobre a visão de linguagem de Sexto: destaca-se o fato de que ele não se opõe ali ao signo mnemônico dos estóicos e admite que o conjunto desses signos, assim como definidos pelos dogmáticos, é linguagem. Essa pode mesmo ser considerada uma das raras doutrinas positivas admitidas pelo pirrônico, por ele acolhida sob a alegação de que não vai contra a vida.

Como resultado, vimos que na malha argumentativa de Sexto Empírico – em que ele explora argumentos de diferentes escolas para confrontá-los – ele acaba por mostrar algum ponto de vista sobre a linguagem. Esse ponto de vista, pela fragilidade de sua concepção, ainda não pode ser visto como uma perspectiva acabada mas antes como um amálgama de diferentes proto-imagens da linguagem. Exatamente pela sua frouxidão,

ela tanto pende ali para uma espécie de representacionalismo fenomênico como para um pragmatismo radical e utilitarista. De fato, a leitura das obras de Sexto se torna tanto mais interessante quanto mais se constata essa fluidez: uma proto-imagem representacionista pode conviver com uma proto-imagem pragmática radical. Porém, se estamos aqui considerando essas noções da linguagem como *proto-imagens* é porque, então, deve haver outras que consideramos imagens – mais nítidas, mais bem definidas. De fato, se pudemos reconhecer essa plasticidade nas concepções lingüísticas de Sexto, é porque contamos com *objetos de comparação*, a saber, imagens presentes em um texto igualmente anti-doutrinário, mas mais explicitamente empenhado em caracterizar e discutir ângulos alternativos sob os quais a linguagem pode ser tomada – as *Investigações filosóficas*, de Wittgenstein, onde se opõem as perspectivas agostiniana e pragmática da linguagem.

Que a perspectiva de linguagem em Sexto Empírico é fluida é algo que fica tanto mais saliente quando constatamos que, se nas *Hipotiposes pirrônicas* e em *Contra os lógicos* ele defende os signos mnemônicos, em *Contra os gramáticos*, tratado todo ele dedicado à linguagem, Sexto sequer menciona tais signos. Ao mesmo tempo, vimos que a própria defesa que ele faz desse tipo de signo é algo cambiante. O pirrônico não nega o signo, alegando que aquele que nega tal existência com palavras está se auto-contradizendo. Então admite que esse conjunto de signos corresponde à linguagem, que deve significar pragmaticamente – na vida comum devemos dar significados às palavras, assim como associamos fogo à vista de fumaça. A associação não se daria abstratamente, fora da prática da vida, dependente que é do fator humano a engendrar a significação a partir de ligações fenomênicas. Por outro lado, percebe-se logo que se supõe, em momento logicamente anterior ao da significação pragmática, uma associação em que um hábito é ligado a outro (ainda que não por uma inferência) – só *então* significamos. A noção de *memória* então estaria mais bem entendida aqui como um estoque de representações – e a linguagem, assim, seria ainda um conjunto de signos a ser decodificado. Essa idéia, a se ter o pragmatismo de Wittgenstein como modelo paradigmático, ainda resiste à radicalidade de uma linguagem entendida como práxis, já que ainda relaciona e espera relações simbólicas anteriores ao uso lingüístico. A linguagem, assim, ainda apareceria como sistema de associações: de um lado o signo e, de outro, o que ele mostra – uma relação dêitica, um mostrar, um associar uma coisa a outra, idéia mais afeita a uma perspectiva representacionista de linguagem, e não a um agir pragmático. Não queremos aqui apagar o caráter pragmático que o signo

mnemônico revela, mas precisamos indicar como a divisão essência/aparência é reproduzida na idéia do signo mnemônico, em que a ligação entre fenômeno e linguagem – ainda que não seja uma associação entre mundo e linguagem – revela uma imagem representacionista. A idéia de uma observação anterior à práxis lingüística também é estrangeira ao pragmatismo wittgensteiniano, que perspectiva uma linguagem como ação. Não há, para Wittgenstein, como vimos, qualquer hiato entre as regras da linguagem e sua aplicação.

O movimento espiralado flagrado em *Contra os gramáticos* é interessante para esta tese porque marca uma diferença histórica com relação ao cenário contemporâneo. As dúvidas em torno da linguagem parecem hoje associar-se a uma atração entre o anti-representacionismo e o ceticismo. A análise desse tratado nos mostrou, por outro lado, que, além de não haver em Sexto Empírico o ceticismo lingüístico que hoje se insinua de forma tão recorrente, o pensamento pirrônico poderia ser ligado tanto a uma visão pragmática de linguagem, como a uma representacionista. De fato, Sexto não deixa transparecer qualquer desconfiança generalizada sobre a inteligibilidade e estabilidade da linguagem. Seu esforço se revela mais na tentativa de esboçar como deve ser entendida sua *linguagem cética*. Isso responderia a outra pergunta que orientou nossa pesquisa sobre *Contra os gramáticos*, qual seja: *Sob que aspectos da linguagem a dúvida cética recai nesse tratado?*

Vimos então que a dúvida cética de Sexto Empírico não incide ali sobre as virtudes cotidianas, práticas da linguagem. A linguagem é um instrumento de troca, como o dinheiro que circula em dada comunidade. Seu valor também deve ser determinado pelo hábito, pelo costume da sociedade em que vivemos, na medida em que estaríamos à beira da loucura se resolvêssemos cunhar uma moeda própria, privada. De modo que a linguagem, como uma moeda, tem limites de uso impostos àqueles que a utilizam. A linguagem só vale por sua circulação – ela não deve ser auto-referente, nem serve para descrever o mundo. É na vida que ela faz sentido, como um costume herdado.

Assim, a grande defesa de Sexto Empírico em *Contra os gramáticos* é do uso comum da linguagem. O uso comum não é, contudo, um bloco monolítico; essa noção deve abarcar uma multiplicidade de manifestações da linguagem, ilimitada. Devemos observar essas variadas manifestações de linguagem e usá-las conforme cada situação. Por isso, Sexto despreza os gramáticos: qualquer falante do grego é capaz de usar a linguagem – seu bom uso não é prerrogativa do especialista. É no uso que se fala grego,

e não com regras gramaticais. Uma regra gramatical será totalmente inútil se for discordante de determinados usos lingüísticos.

De modo que uma das dúvidas céticas em *Contra os gramáticos* recai sobre a possibilidade de se fazer metalinguagem. O uso, princípio que norteia a linguagem, é mutável, ilimitado, infundável, indefinido, indeterminado e, assim, não pode ser sequer descrito pelos gramáticos. Essa dúvida se torna, no entanto, especialmente problemática quando lembramos que o próprio pirrônico defendia a gramática do ler e do escrever e que, ao que parece, não previa uma metalinguagem mínima para seu aprendizado – uma vez que Sexto desacreditava a possibilidade mesma de qualquer forma de ensino. Dessa maneira, o pirrônico não esclarece como a leitura e a escrita, constitutivas da gramática que ele considera útil, possam ser habilidades adquiridas pelo falante na ausência de qualquer possibilidade de análise metalingüística.

A resistência de Sexto Empírico à admissão de qualquer metalinguagem leva ao outro aspecto da linguagem sobre o qual recai a dúvida cética em *Contra os gramáticos*: a idéia de que a linguagem guarde em si mesma, naturalmente, uma ordem racional. Ao contrário do que pensam os gramáticos, diz Sexto que ela não possui tal ordem – o que podemos fazer é observar como os outros usam a linguagem e fazer o mesmo, como um hábito que adquirimos vivendo em certa sociedade. Para os gramáticos que acreditam em uma racionalidade intrínseca à linguagem – e, a partir dela, constroem seus tratados gramaticais baseados nas leis da analogia –, o pirrônico afirma que isso que observamos não pode ser teorizado: só podemos *nos servir* da linguagem, observando o uso comum.

Contudo, a concepção de *linguagem comum*, não-problemática em *Contra os gramáticos*, a *solução* não só para o pirrônico como para todos que querem levar uma vida tranqüila e feliz, sofre de inconsistência quando da análise de suas ocorrências nas outras obras de Sexto Empírico.

O aparente pragmatismo presente na defesa pelo uso comum da linguagem em *Contra os gramáticos* é perturbado quando a concepção de um *cronista* entra em conflito com a idéia de que o pirrônico narra um estado passivo, como se houvesse alguma coisa a ser expressa – e como se esse expressar tivesse um privilégio sobre os demais usos da linguagem, como se a informação fosse o uso paradigmático da linguagem. Ao menos não seria um pragmatismo aos moldes wittgensteinianos, para quem a linguagem é ação e o comunicar, expressar sentimentos e intenções é apenas uma manifestação possível da linguagem, e não sua função preponderante.

O status de solução do uso comum também é revisto quando percebemos que, para Sexto Empírico, essa deve ser a linguagem usada por todos, mas com adendos: porque ela é inexata, não se deve pretender grandes saltos com ela. Além disso, como o próprio Sexto preveniu, às vezes o próprio hábito leva a usar uma expressão lingüística de maneira imprópria (M VI 2). O pirrônico então reserva à linguagem comum o critério prático, mas, para as questões ontológicas do tipo *como é x?*, o critério deve ser outro, o da verdade. É devido a essa separação que o uso, como critério definidor do que é bom grego, não pode ser considerado um critério técnico. Assim, o pragmatismo do uso comum defendido por Sexto Empírico sofre revés quando se vê que as palavras comuns nada têm a ver com a verdade para o pirrônico. Assim, diferentemente de um pragmatismo aos moldes wittgensteinianos para quem *nada está oculto*, Sexto Empírico ainda parece cair em um raciocínio do tipo dois pesos, duas medidas quando se trata de linguagem: para um o critério é prático, para outro, um critério de verdade é exigido. Afinal, só se pode falar em uma linguagem adoxástica, sem crenças, quando se considera essa em relação a uma outra – virtualmente embebida em assertividade e crença. Resultado dessa dupla medida é, como já defendemos, a reprodução da lógica do fundo e da superfície, da *essência* e da *aparência* para a linguagem.

Essa duplicação essência/aparência também se reflete na talvez inadvertida ambição pirrônica de um controle exterior à própria prática lingüística, em que o pirrônico esvaziaria a linguagem de todo peso assertório. O imperativo de tirar toda a pretensão de verdade das expressões lingüísticas atribui um poder questionável ao cético, em que um querer-dizer se confundiria com o que de fato é dito: estará sob seu controle usar a linguagem sem emprestar a ela qualquer crença? Esse é, acreditamos, um ponto nervoso em Sexto Empírico: como defender a linguagem comum, conforme nos aparece, se na realidade essa linguagem deve ser mitigada? Sexto defende o uso comum, mas quer que seu discurso seja afásico – sendo que essa afasia, conforme já apontamos em outros lugares desta tese, deve ser entendida como um oximoro: discurso que não afirma o que afirma. Mesmo as expressões céticas, como vimos, estariam incluídas no escopo da não-asserção.

Assim, o cético ainda parece preso à oposição dogmática, reproduzindo na linguagem uma diferenciação entre um aceitar cognitivo e um aceitar pragmático da linguagem – disjunção estranha a um pragmatismo wittgensteiniano, para o qual o que conhecemos é internamente relacionado ao que podemos explicar. Nesse sentido, o discurso cético seria, do ponto de vista wittgensteiniano, *non-sense*. O segundo

Wittgenstein não conhece um ser para além do parecer, diferentemente do pirrônico, que enfaticamente distingue a linguagem como hábito, como costume, como *aparência*, da linguagem que pretende chegar ao *essencial*. Ainda que Sexto Empírico explique que o verbo *ser* tem dois significados, um ligado ao que *realmente é* e outro ligado ao que *parece* (M XI 18-20), essa polissemia verbal não o faria escapar a uma dicotomia que pressupõe uma realidade subjacente ao aparente. Se ambos, Sexto e Wittgenstein, concordam que a linguagem não serve essencialmente para descrever o mundo, o último diz que, se afirmar que o mel *é* doce não *é* uma descrição do sabor essencial do mel, pode bem ser, no entanto, uma *certeza* compartilhada por uma forma de vida. Para uma perspectiva pragmática como a wittgensteiniana, linguagem *é* forma de vida. Se, de um ponto de vista cético, a linguagem deve perder seu peso ontológico para funcionar, para Wittgenstein a linguagem tem talvez a força de *fabricar* ontologias. Não que ela tenha uma existência abstrata, fora das práticas intersubjetivas – no entanto, na práxis lingüística, a linguagem em certo sentido possui um poder constitutivo, como forma de vida.

Nesse ponto, a classificação que alguns especialistas aplicam ao pirronismo, se rústico ou urbano, pode ser transposta à questão da linguagem: o escopo da não-asserção cética recai sobre toda a linguagem ou somente sobre o discurso *filosófico*, que se pretende *verdade*? Cremos que igualmente aqui ela pode ser fluida, na medida em que, ao mesmo tempo em que Sexto Empírico parece não poupar da afasia cética tanto uma expressão declarativa cética como “Tudo é indeterminado”, quanto um comando do tipo de “Vá embora”, não podemos negar que, de fato, ele presta mais atenção ao discurso *filosófico* do que ao discurso da vida comum. Fato compreensível quando se aceita que, para Sexto, no discurso que não *é* filosófico, no discurso que não o das frases declarativas do tipo *S é p*, a verdade não está em jogo. Entretanto, o cético não assevera nem mesmo o evidente – ele assente, mas *não dogmaticamente* (PH II 102).

Todavia, o grande paradoxo, acreditamos, está na defesa enfática que Sexto Empírico faz do uso comum da linguagem ao longo de *Contra os gramáticos*, defesa que deve conviver com as comparações sextianas da linguagem ao fogo, à escada, aos remédios purgativos. Porque então a linguagem deve ser eliminada para não se tornar, ela mesma, uma doença. Daí Enesidemo ter diagnosticado na linguagem uma espécie de *mal necessário* e ter admitido que a adota à falta de outra melhor; daí Montaigne ter imaginado uma linguagem *negativa*. Porque a linguagem, para o pirrônico, tem poderes terapêuticos – para curar a doença que ela mesma pode provocar. Nesse paradoxo, como

vimos, o cético se aproxima de Wittgenstein, também incluindo na patologia a própria desconfiança da linguagem. Contudo, uma doença que Sexto Empírico não reconhece nem medica, mas que Wittgenstein diagnostica e promete curar é a desconfiança em torno das certezas forjadas na própria linguagem – cujas justificativas têm um fim.